



ACTA N.º 54

Sessão Extraordinária Janeiro

Sessão de 27/01/2021

Aos vinte e sete do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, através da plataforma digital Microsoft *Teams*, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março, alterado pela Lei 28/2020, de 28 de Julho e pela Lei 1-A/2021, de 13 de Janeiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença online dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Nuno Gonçalo Rebelo da Paula, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Filipe Seça Neves Barbado guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Nesta sessão faltou o deputado, Firmino Marques Ferreira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, e João Miguel Moniz Laranjeira Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, António Alberto Rodrigues dos Santos Ferreira Neto e Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Fernando Tavares Marques, se fez substituir nesta Sessão, por Nuno Gonçalo Rebelo da Paula.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Janeiro, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1 – Apreciação e votação a 1ª Revisão das GOP e Orçamento de 2021;

Ponto 2 – Apreciação e votação da Conceção, Construção e Concessão do Complexo com Crematório e Casas Mortuárias de Aveiro.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação a 1ª Revisão das GOP e Orçamento de 2021.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 21/01/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^{9:00}

"Boa-noite a todos. Caro Presidente Caros Colegas. Cumprimentar todos neste novo formato, mas obviamente o gosto de estarmos juntos e a tratar do interesse do nosso município é o mesmo.

Esta proposta que trazemos é a clássica revisão das GOP e do Orçamento para integrar o Saldo. Não há nenhuma decisão política relevante ou feita alguma alteração nos objectivos que estão fixados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento. É apenas feito o registo do Saldo que são os 52 milhões que no documento previsional já estavam previstos. E portanto esse valor confirmou-se no fecho das contas de 2020 e feitos os mapas, como determina a lei, estamos em condições de fazer a revisão. Que praticamente é aquele preceito de colocarmos as verbas na coluna não definida e portanto é esse exercício simples que está em causa neste processo.

Mas dar nota e esta é uma questão política obviamente importante que a fomos acompanhando e trabalhando ao longo deste tempo, que este documento deixa em perspectiva que alcancemos o rácio de 1.5 entre a nossa dívida total e a nossa receita corrente.

Obviamente que tudo isso está a ser trabalhado para o fecho de Contas. Temos a prestação de contas em desenvolvimento que serão vistas em devido tempo pelos nossos Revisores oficiais de contas e vamos levá-la em Março à Câmara Municipal para tratarmos dela na Assembleia Municipal de Abril. E estes valores confirmando-se, temos essa perspectiva sólida se não, não estaríamos a assumir dessa maneira haverá depois um processo de validação formal que envolve em primeira instância o Fundo de Apoio Municipal e também a Direcção Geral das Autarquias.

Lá para meados do ano estará o processo terminado e com isso culmina o contrato de ajustamento municipal que temos com o FAM, mantendo-se como é obvio o contrato do empréstimo do Fundo de Apoio Municipal, que além do mais já estamos em plena velocidade cruzeiro no pagamento de amortizações e juros.

Portanto há esta nota adicional, que é uma nota política, obviamente. Não faria qualquer sentido que não a partilhasse com quem de direito aqui na Assembleia Municipal. E para quem já está a fechar Contas obviamente que este numero já está com uma maturidade muito alta. Falta a formalidade de Prestação de Contas.

Tenho esta nota que entendo pertinente e relevante coloca-la nesta ambiência. E estou ao dispor para as questões e para o debate que faremos neste ponto, com esta normalidade que é o plano e orçamento que aprovámos. Em termos políticos conhecemos bem as posições de todos, mas o que está aqui em causa é a mera integração do Saldo no quadro legal que temos que cumprir. Portanto estarei ao dispor para as questões e o debate que entenderem realizar."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{16:50}

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Exmo. Senhor Presidente da Câmara e demais Vereadores. Reconhecendo a legalidade da discussão deste ponto, antes de terminada e votada, em Abril próximo, a prestação de contas da autarquia, legalidade que resulta de disposição específica da Lei do Orçamento de Estado, ressalvo, contudo, a sua questionável legitimidade, reproduzindo *ipsis verbis* um parecer ainda recente, emanado da DGAL, que passo a citar:*

«Entende-se que não obstante a competência da Assembleia Municipal no que concerne aos documentos de Prestação de Contas ser meramente de cariz apreciativo, a mesma deverá sempre aprovar a Revisão ao Orçamento municipal, para efeitos de integração do Saldo de gerência, em momento posterior à sua apreciação e votação» fim de citação.

Fazê-lo na base de documentos provisórios, provavelmente diferentes daqueles que serão apresentados em Abril, significa na prática a menorização do papel da Assembleia Municipal.

E pior que seja invocada a urgência. O município que conviveu um ano com mais de 50 milhões de euros nos cofres e nas contas municipais, bem que poderia esperar até Abril.

A não ser que a urgência seja outra, específica, e planeada como “bodo aos pobres” em ano de eleições. Mas provavelmente é isso mesmo que se prepara há muito tempo.

Vejamos a lição do passado. Em 2013, o primeiro ano da gestão desta presidência, o saldo anual foi de 9,4 milhões de euros. Em 2016, ano anterior às eleições, o saldo já estava em 15,3 milhões.

Mas 2017, ano eleitoral, serviu, não só para esgotar este saldo e para gastar mais que o recebido, fechando, com saldo negativo. Repito, negativo de 9,6 milhões de euros!

Passado um ciclo, aqui estamos nós outra vez no início do ano eleitoral, com um saldo desta vez superior a 50 milhões.

Um saldo que se mantém há muito, como foi aqui dito, designadamente pelo deputado Carlos Picado e que o Sr. Presidente, violando o princípio da transparência, nunca confirmou nem negou perante a Assembleia.

Um saldo desta dimensão, é fruto do esforço exigido aos aveirenses, não é um sinal de boa gestão, antes pelo contrário.

Tal como entendemos é sinal de uma gestão virada não para as necessidades reais em tempo real, mas sim para a gestão do ciclo eleitoral, visando a continuação no poder.

Estão assim reunidas as condições para choverem as boas notícias:

- Estudos, pareceres, projetos e consultorias passa de 3 para 5,3 milhões de euros;
- Seminários, exposições e similares passa de 9 mil para 323 mil euros;
- Publicidade, passa de 151 mil para 672 mil euros;
- Animação sócio-cultural e desportiva passa de 136 mil para 1,36 milhões;
- Transferências correntes para as Freguesias passa de 8 mil euros para 1,2 milhões;
- Transferências correntes para Instituições passa de 1,2 para 2,2 milhões.

Mas há utilizações do Saldo que, à falta de uma explicação que lhe dê sentido, são absolutamente absurdas.

- As Despesas com Pessoal passam de 6,8 milhões para 19,8 milhões!?

A que título se pode explicar esta rubrica orçamental triplicar?

- Aquisições de bens e serviços passam de 19,5 milhões para 33,6 milhões, quando em 2020 se gastaram apenas 15,5 milhões neste domínio!?

E já que a Câmara de Aveiro tanto gosta de citar as exigências do FAM, aqui fica a seguinte recomendação do FAM à Câmara Municipal de Aveiro, no Parecer relativo ao Orçamento para 2021:

«A receita extraordinária gerada no decorrer do exercício, nomeadamente com a venda de bens de investimento, deverá ser aplicada na redução extraordinária de dívida».

Aliás, relendo esse parecer do FAM ficamos com legítimas dúvidas sobre qual é a informação que o CMA tem enviado ao FAM acerca de Saldos, porque é clara a intenção do FAM que os Saldos sejam utilizados na redução da dívida.

Esta é uma situação que iremos averiguar melhor.

O recente anúncio da redução do rácio da dívida abaixo dos 1,5 (relação receitas/dívida) e consequente possibilidade de sair do PAM durante 2021 regista-se. Mas ao mesmo tempo lamenta-se mais uma vez o seu timing, porque era possível clarificar as Contas mais cedo e integrar o enorme Saldo nas Receitas.

Mas em vez de o fazer o mais cedo possível escolheu, não os aveirenses, mas a gestão do ciclo eleitoral de forma a que pseudomilagres aconteçam em véspera de eleições.

Ora, posto tudo isto, não nos restam dúvidas de que esta proposta merece a rejeição pela Assembleia.

Melhor. Para melhor responder às aspirações dos aveirenses esta proposta necessita ser rejeitada pela Assembleia Municipal.

Só a sua rejeição permitirá a elaboração de uma outra proposta, mais realista e não eleitoralista, que não reduza os apoios previstos às Freguesias e Instituições, mas que corte onde tem a cortar por forma proceder a substantivas amortizações financeiras, sejam do FAM, sejam outras, permitindo o aliviar do garrote fiscal em curso.

Por Aveiro, pelos aveirenses, sem preconceitos, votaremos contra esta proposta. Tenho dito Senhor Presidente."

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{23:22}

"Boa noite a todos e a todas presentes. Queria saudar esta iniciativa de fazermos esta assembleia através de vídeo conferencia. Consideramos que este é um espaço no caminho certo e esperemos que no futuro próximo não só existe o contexto negativo que nos obrigou a estas circunstancias, mas esperemos que esta prática possa ser a de transmissão das assembleia municipal possa ser quotidiano no futuro. E portanto queria deixar esta nota. Esta é a nossa posição e esperemos que passe a prática neste órgão. Acho que seria importante para os aveirenses, para a transparência, para a aproximação do poder local aos cidadãos e fazer essa ligação entre cidadãos e eleitos.

Falando do ponto em questão. A leitura que nós fazemos do documento que estamos a discutir é uma leitura acima de tudo política e de crítica às políticas que este documento espelha. Foi anunciado recentemente que a Câmara Municipal iria reentrar nos limites permitidos do endividamento. Nós durante a campanha de 2017 dissemos que isto ia acontecer. Que pelas nossas projecções seria muito provável que a Câmara iria entrar nos limites do endividamento. E a Câmara Municipal quando fez o Orçamento 2021 já sabia e tinha a certeza absoluta que isso iria acontecer. Aliás, nós até suspeitamos do próprio timing em que isto é anunciado. A Câmara Municipal por todos os motivos que já foram referidos anteriormente certamente sabia. E mesmo assim sabendo isso, que era possível sair atempadamente ou com maior antecedência das restrições do PAM, o que nós vimos no orçamento de 2020 quando o discutimos e o que aqui temos também não altera em nada essa avaliação, vemos que o executivo decide manter a sua política de esbulho fiscal, de impostos, taxas, tarifas no máximo ao mesmo tempo que permanecem e que perpétua uma política de serviços públicos e apoios sociais no mínimo e de alienação de património, que obviamente o Bloco de Esquerda tem vindo a criticar esta gestão à muito tempo.

Mas obviamente que há muito tempo, num contexto de crise económica provocada pela pandemia Covid 19, esta posição torna-se ainda mais injustificada. Ou seja, há aqui uma opção que o executivo já devia ter ajuizado que era sair do PAM mais cedo e por essa via aliviar a carga fiscal aos aveirenses. Mas a verdade essa não é meramente uma questão técnica. Este enquadramento refere aquilo que são as opções políticas e as prioridades políticas da Câmara Municipal desde 2013. Que é uma política de impostos sobre os rendimentos do trabalho no máximo e serviços públicos no mínimo. Aliás lembramos e seguramente os aveirenses também se lembram que o seu executivo aumentou os impostos para um máximo permitido mesmo antes de ter aderido ao PAM. Portanto isto não é apenas uma imposição do PAM é também uma opção política clara do executivo, opção essa que nós não acompanhamos de todo.

E aquilo que se passa em Aveiro na gestão da Câmara é o retrato cristalino desta política. Tomando o IMI como exemplo, nós vemos um aumento praticamente em dobro do imposto arrecadado desde 2013, no período entre 2013 e 2019. Mas ao mesmo tempo que nós vemos esta cobrança brutal de impostos, nós não vemos um aumento em dobro de serviços públicos, bem pelo contrário. Esta Câmara Municipal foi responsável pela entrega a um privado de um dos serviços públicos mais centrais, nomeadamente os transportes públicos. Todos nós percebemos as consequências para os aveirenses dessa decisão errada. E portanto, sumarizando, temos vindo a assistir a uma política de impostos sobre o rendimento do trabalho no máximo, quando há condições para fazer um alívio fiscal. Aliás vemos uma política de serviços públicos no mínimo. A questão que se impõe é, então se esta cobrança de imposto no máximo, este esbulho fiscal, não é para financiar serviços públicos tendencialmente gratuitos, apoios sociais criteriosos, transparentes, como por exemplo uma tarifa social da água, então esta arrecadação de impostos é para quê? Esta é a questão que se impõe.

E nós temos uma resposta para essa questão. Na verdade o que nós temos vindo a assistir com esta arrecadação de impostos é uma política que nós temos vindo a criticar de desenvolvimento que é profundamente danosa do ponto de vista da habitação e o Senhor Presidente conhece a crítica que nós fazemos. Existe uma política de forte investimento na requalificação dos espaços urbanos que em muitas circunstâncias é necessária, mas depois não existe nenhuma salvaguarda daquilo que são os efeitos dessa requalificação, nomeadamente no preço da habitação. Quem vive em Aveiro tem vindo a assistir a um aumento galopante dos custos associados à habitação, quer seja na compra, quer seja no aluguer. Mais uma vez esta arrecadação de impostos poderia servir para uma requalificação mais rápida, mais ágil, dos fogos sociais da Câmara. Temos vindo a assistir

a isso, mas durante anos e anos foi uma degradação. Mas poderíamos ver outras coisas, nomeadamente a construção de mais habitação a custos controlados ou de mais fogos sociais. Há um debate que devia ser feito à volta das opções de habitação, mas não vemos isso. Nós vemos é como o Senhor Presidente diz, é o mercado a funcionar.

Portanto os impostos dos aveirenses que mais uma vez estão nas taxas máximas não têm depois correspondência em serviços públicos ou em políticas de redistribuição de riqueza que são muitíssimo necessárias. Já eram antes da crise da pandemia e agora são ainda mais obviamente.

Depois temos que reconhecer a estranheza, como quem diz, estou a ser sarcástico, porque já vimos este filme muitas vezes, em que existe um saldo de 52 milhões que agora transita do orçamento de 2020 para o orçamento de 2021. E obviamente nós não podemos deixar de apontar para o timing desta operação. Estamos num ano eleitoral em que se avizinha uma campanha eleitoral contestada e tememos que a gestão do erário público tenha sido feita com critérios eleitoralistas e não com critério de serviço público ou de redistribuição de riqueza para quem trabalha no concelho Aveiro, nem sequer para apoios sociais mais robustos ou para a criação de novos apoios sociais como aquele que nós defendemos, que a criação de uma tarifa social de água automatizada. E portanto, face a todo este enquadramento nós não temos outra alternativa que não seja votar contra este documento porque ele espelha opções políticas erradas, opções que nós consideramos erradas e, portanto, nós não podemos deixar passar este documento e obviamente vamos chumbar este documento. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{36:10}

"Boa noite a todos. Relativamente a este ponto eu estava quase tentado a pedir aos serviços da Assembleia de fazerem um copy/paste da minha intervenção no ano passado. Porque é evidente que o que sucede com a Câmara sucede com qualquer empresa. Não faz sentido nenhum que um saldo que seja gerado ao longo do ano depois fique ali fechado num cofre até que as Contas sejam aprovadas, numa série de meses sem se poder dispor dele. É completamente injustificada esta situação deste processo legislativo, que só pode ter sido feito por quem nunca passou pela gestão das empresas ou de outro tipo de organizações. E portanto naturalmente que nós somos a favor desta decisão neste ponto.

Por outro lado, quanto à dimensão do saldo. É natural que ninguém numa organização de uma Câmara consiga chegar a 31 de dezembro e executar o Orçamento a cem por cento e ter saldo zero. É impossível, é surreal. E é bom que as organizações tenham mais que aquilo que gastam, que tenham uma reserva. Isso viu-se no ano passado em que a Câmara Municipal tendo reservas, não deixou de cumprir os seus compromissos, nomeadamente com o empréstimo que tem com o FAM, quando tinha legalmente a possibilidade de suspender os pagamentos. E por outro lado, teve a capacidade dispor de ajudas no combate à pandemia que se andasse aqui numa perspectiva de chapa ganha chapa gasta, teria de recorrer a outras formas de financiamento para poder fazer face à situação que nos assolou.

Portanto dizer que esta gestão é a correcta. E portanto nada mais tenho a acrescentar neste ponto."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{42:10}

"Boa noite a todos. Começo por saudar o formato em que esta sessão está a ser transmitida, por estranho não deixa de ser o formato mais seguro e confortável nos tempos que atravessamos.

Passando ao ponto em concreto, eu diria que o Senhor Presidente apresentou este ponto dizendo, enfim, que o mesmo enferma de um processo normal e administrativo, é verdade em termos de forma, mas obviamente que em termos de conteúdo, que o Partido Socialista já por diversas vezes mostrou a sua opinião relativamente ao montante que está em questão. Se em parte podemos concordar com o que o Jorge Greno disse, é verdade que não precisamos de andar á mingua, a verdade é que transitar com um saldo de 52 milhões, que é um processo que tem sido reiterado a que temos vindo a assistir neste último mandato é de facto uma situação que carece de alguma explicação.

A explicação é simples. Receitas com execução muito elevadas e Despesas com execuções muito baixas. E as Receitas basicamente fundamentadas em termos de impostos e, portanto conduziu a que tivéssemos este saldo transitado.

Voltamos à questão do FAM. Percebo bem por que é que o Senhor Presidente na última sessão não me respondeu. O montante deste saldo dá-nos a resposta. Enfim, já anunciou que vai sair do FAM em 2021, mas podia tê-lo feito em 2020. Lá chegaremos quando chegarmos à apresentação de Contas. Quiçá também o poderia ter feito em 2019 o que significaria que estaríamos em condições de ter um outro pacote fiscal para o ano de 2021, que como sabemos serão anos de extrema dificuldade para as famílias e também para as empresas. E portanto em linha com isto que está exposto e dando apenas um cheirinho daquilo que será depois a discussão da apresentação de Contas, é evidente que o Partido Socialista entende o acto formal, mas não entende o montante que está aqui subjacente a este momento. E portanto apresentará o seu voto contra. E nesta minha primeira intervenção é só. Obrigado."

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{45:55}

"Boa noite a todos. Saudar todos e espero que todos e as famílias estejam bem. Deixar só duas notas. É bom estarmos aqui a discutir a integração de saldo e perceber que há saldo para integrar. E perceber que a Câmara está na gestão certa e que a obra está a aparecer. Que todos de uma forma ou de outra têm consciência de que não podemos andar á mingua. Hoje vivemos mais um ano atípico e a Câmara tinha de ter algum fundo para poder responder aquelas que são as necessidades imprevisíveis e incalculáveis do momento, nomeadamente do combate ao covid 19 e também perceber que esta gestão nos tem levado a bom porto.

Estamos hoje aqui a discutir uma integração de saldo, mas a discutir também uma gestão que foi a gestão escolhida pelos aveirenses e que tem dado os seus frutos e que estão à vista na nossa cidade de Aveiro. Desde o combate ao Covid 19, desde as obras que não pararam, desde os apoios às associações, desde os apoios às Juntas de Freguesia, e a todas as situações que vamos respondendo no imediato e vamos conseguindo trabalhar e ter uma Câmara credível que era uma coisa que não éramos há muitos anos, mas que de há dois mandatos para cá começámos esse trabalho, e em 2021 como à pouco dizia o Francisco Picado vamos sair do FAM. E é isso que importa realçar aqui. Este trabalho de gestão, um trabalho cuidado, um trabalho exaustivo, mas que nos levou ao momento em que estamos hoje. Muito obrigada."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{48:26}

"Obrigado. Queria saudar todos os presentes nesta Assembleia desejando que todos estejam de saúde com as suas famílias. Relativamente ao assunto que nos traz cá. Naturalmente que qualquer aveirense responsável ficará satisfeito por ver que a sua Câmara além da obra que está a fazer, dos apoios que está a dar quer às empresa quer às associações e agora que

também faço parte de uma IPSS, é com redobrada satisfação que vejo que a Câmara periodicamente em EPI as associações. E é importante que isso se mantenha. E isso só é possível porque há uma gestão responsável, competente, e que mantenha sempre o bom nome de Aveiro acima de tudo.

É importantíssimo que atinja, apesar desta evolução que a Câmara tem feito ao longo dos últimos anos, vai antecipar a relação da dívida com a receita corrente para 1.5 de modo a antecipar a saída do FAM. E esse é o sinal da boa gestão.

E quando se fala aqui de um saldo de 52 milhões de euros, nós já vimos na discussão do orçamento que todo este dinheiro está cativo para investimento, portanto faz todo sentido também que seja permitido à câmara dispor assim que tiver necessidade deste dinheiro para pagar as obras que sejam feitas e os pagamentos respeitados.

Portanto acho que os aveirenses devem reconhecer a competência desta gestão quer na parte financeira quer no elevado grau de investimento que tem sido realizado.

Portanto aqui demonstrado como a boa gestão nos dois últimos mandatos em termos financeiros tem conduzido a que a Câmara tenha agora estes resultados e que eu, talvez pela idade, entendo que a prudência na gestão dos dinheiros públicos e as equipas que os gerem tenham respeitabilidade e sejam exemplo para todos os cidadãos. Obrigado."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{52:45}

"Boa noite a todos. Congratulo-me por ver toda a gente de Saude. Espero que se protejam porque as coisas estão muito sérias ao nível da Saude pública e espero que tudo corra bem. Relativamente a esta matéria, eu acompanhei esta fase e deu para perceber aqui algum posicionamento em relação aos deputados municipais. E a nossa posição é de facto uma leitura um bocado paradoxal em relação a isto tudo..."

Presidente da Mesa:

"Aparentemente está a haver instabilidade na rede do deputado Rui Alvarenga uma vez que deixámos de o ouvir. Bem nós vamos prosseguir e depois ligaremos de novo..."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{54:31}

"Muito boa noite a todos. Saudar todos e saudar sobretudo os aveirenses. Isto é sem dúvida uma noite também histórica para cidade de Aveiro. A sua Câmara retoma a credibilidade, retoma a sustentabilidade das suas contas. E retomamos isso de uma forma objectiva.

Eu já ouvi falar de pseudo-milagres, mas eu aprendi que a sorte dá muito trabalho. É de facto uma coisa que dá muito trabalho. E estes pseudo-milagres acontecem porque temos um executivo municipal que trabalha afincadamente desde 2013. E portanto chegámos a 2020 com o pseudo-milagre de termos 52 milhões em posse do serviço. São 52 milhões alocados para investimento na nossa cidade.

Compreendo que é difícil perceberem como é que se consegue fazer a gestão de pagar a dívida e ao mesmo tempo ter investimento nos quatro cantos do concelho e visível. E visível em áreas que são essenciais como é a Educação, como é a Saúde e actualmente as redes viárias. E isto faz-se por quem sabe governar e de quem sabe o que está a fazer pelos destinos da nossa cidade.

Em 2004 estava eu a começar as minhas lides como advogada e até era quase chacota na cidade nos processos contra a Câmara irem-se contar as cadeiras da Câmara para se penhorarem. Ninguém queria fornecer a Câmara. Chegamos a 2021 e a Câmara é uma entidade séria, cumpridora e toda a gente agora quer fornecer a Câmara e todos querem ter contratos com a Câmara porque sabem que vão ser cumpridos escrupulosamente.

Não há ninguém neste momento nesta cidade que possa dizer que um contrato com a Câmara Municipal de Aveiro não é cumprido pontualmente pela Câmara.

E depois é também uma noite muito emotiva para a Cidade porque ouvimos falar com dados, são 52 milhões, mas ouvimos falar da saída do ajustamento municipal. O que trará sem dúvida outra margem de gestão à própria Câmara. Dará possibilidade de redução de impostos que tanto falamos e há também uma antecipação. Se calhar temos de recuar a 2013 para nos lembrarmos que o objectivo estava para 2024. Depois na revisão de 2018 desceu o objectivo para 2022. E hoje, com uma pandemia pelo meio, ainda vamos conseguir antecipar mais um ano. Portanto estamos a falar de antecipar 3 anos a recuperação. Mesmo em 2018 quando se projectava para 2022, afinal conseguiu-se antecipar para 2021. E isto não é propaganda eleitoral. A propaganda eleitoral começa no dia a seguir a ser eleito. É nesse dia que começa a campanha eleitoral. Portanto a campanha eleitoral começou em Outubro de 2013 e os aveirenses souberam valorizar e confiar em Outubro de 2017. Portanto a propaganda eleitoral é uma gestão que se foi fazendo desde Outubro de 2013 e que está de facto agora à vista e a dar frutos.

E portanto deixar aqui esse reconhecimento. Não faz sentido não se integrar saldo de gerência, não faz sentido isto não dar acesso a investimentos por uma questão meramente formal.

Relembrar aqui também que tudo isto é fruto de uma boa gestão. A não ser, não teria a Câmara no ano passado tido capacidade de afectar 5 milhões à pandemia e este ano no seu combate ter 8 milhões.

E se houve lição que a pandemia nos trouxe a todos, não só aos autarcas, mas também às famílias, é que temos aqui de ter sempre uma gestão cautelosa porque de um momento para o outro a vida pode virar. E portanto devemos ter sempre uma gestão cautelosa e como dizia o Jorge não ser chapa ganha chapa gasta, que foi o que levou a nossa Câmara à realidade que a nossa Câmara tinha em 2004.

E portanto congratular a Câmara. Congratular também todos os funcionários que trabalharam para isto e congratular também os aveirenses porque isto ter uma conquista para o município é também uma conquista para a Cidade de Aveiro. Disse."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:^{72:00}

"Senhor Presidente queria elaborar um protesto. Muito claro e que fique em acta, que é uma vergonha que utilize o tema da pandemia para fazer politica. E ainda mais fora do ponto, quando o Senhor Presidente foi absolutamente claro e taxativo que as intervenções eram sobre o ponto. Eu não percebo como é que um saldo de gerência tem a ver com a pandemia!? Peço que este protesto fique lavrado em acta.

Relativamente à questão de querer passar as "coisinhas" pelo chat, era só o que faltava. Muito obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{73:10}

"Boa noite a todos na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Dar as boas noites a toda a Mesa, ao Executivo, aos colegas, á imprensa e ao público que nos segue desta vez por esta via digital.

Para iniciar a minha intervenção queria em nome da bancada do PSD deixar aqui verbalmente um voto de apoio a todos que nesta fase difícil da vida de todos, nesta fase de pandemia, em que estão a passar por períodos difíceis, quer essas dificuldades sejam de

Saúde, de trabalho, económicas, ou sociais. A todos o nosso apoio e o desejo que esta fase passe e que brevemente possamos viver de uma maneira mais social e mais saudável.

Sobre o ponto: revisão orçamental para inclusão do saldo. Imaginem uma empresa no mercado, uma empresa com uma dívida monstruosa, sem crédito no mercado, na bancarrota, mas essa empresa em 7 anos com uma gestão criteriosa, tenha passado dessa mesma bancarrota para uma situação de ainda uma grande dívida, mas uma dívida a uma Instituição para com a qual tem cumprido todos e regularmente os seus compromissos.

E que se abeira de uma situação que lhe permite elaborar os seus planos de investimentos e outros sem ter que dar satisfações ou seguir orientações dessa mesma Instituição credora, chegando assim a uma situação de prosperidade e bom nome no mercado. Mantendo mesmo assim altos níveis de investimento em qualificação urbana, em apoios às pessoas, às instituições, às associações culturais, desportivas, ao tecido empresarial, em apoio às corporações de bombeiros, às IPSS, apoio à Cultura, à acção social e um grande apoio à luta contra o covid — que se diria de uma empresa assim?

Boa e criteriosa gestão do Executivo, dos Vereadores liderados pelo Presidente, dos funcionários, de todos os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro e de todos os Aveirenses. Nesta bancada Senhor Presidente, na Bancada do Partido Social Democrata aqui presente, só nos apraz reconhecer que este caminho, o caminho escolhido e traçado pelo grupo da Aliança com Aveiro é o caminho certo para Aveiro e para os Aveirenses.

É um caminho onde já não se fala de dívida, de valores de dívida mas Senhor Presidente este caminho, o nosso caminho levou-nos a este ponto em que se fala de passagem de saldo, de saldo positivo, saldo que está destinado a investimento nos Aveirenses para que cada vez mais estes se possam honrar de Aveiro e do concelho onde vivem.

Este foi o nosso caminho, o caminho do Executivo, o caminho da Aliança com Aveiro e é esse o caminho que continuaremos a seguir para bem dos Aveirenses e de Aveiro.

No seguimento das intervenções desta bancada, o grupo do PSD nesta Assembleia o PSD votará favoravelmente este ponto."

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{76:36}

"Estão-me a ouvir agora? Eu vou tentar ser o mais sucinto possível. Portanto eu partilho de algum cepticismo que ficou aqui demonstrado em relação a este saldo. O nosso posicionamento tem que ver e já o deixei claro na ultima sessão em que isto foi discutido, a questão da forma parece-nos exequível, mas o grande problema que nós temos com este saldo que é de facto enorme, e os impostos continuam de facto muito elevados em Aveiro, passa por aquilo que eu ouvi há pouco que é uma projecção de investimento público, daquilo que se pensa fazer em relação às grandes intervenções no concelho.

E o nosso foco tem mais que ver em relação a isso. Porque eu já aqui disse que o exercício ainda não terminou. Estamos todos aqui a achar que os 52 milhões é uma coisa extraordinária mas o exercício não terminou. É preciso deixar o exercício terminar para ver com que saldo é que vamos ficar.

O que nos preocupa é de facto, eu não digo o excessivo optimismo em relação áquilo que se está a fazer, porque temos constatado que há coisas que estão efectivamente a ser feitas.

Na ultima sessão falou-se muito nas redes viárias e nas estradas do concelho. Eu vou reiterar aquilo que disse na ultima sessão. Ou não conheço o território - e garanto que conheço. Mas há muitas ruas e muitas estradas que não estão a ser requalificadas. Mais. Não estão há várias décadas. O problema não é estarem esquecidas agora. Estão esquecidas há várias décadas. E também domino as redes sociais e também domino algumas plataformas e também sei colocar uns post sobre aquilo que está por fazer. E há mesmo muita coisa por fazer. Há ruas, onde vivem pessoas e não estou a falar de passeios,

iluminação pública, na pintura das passadeiras, não vou referir isso porque na periferia do concelho é um luxo. Estou a falar mesmo a falar da qualidade do asfalto pura e simplesmente. Eu reitero que é preocupante ir à periferia, mas também conheço algumas ruas no centro da cidade, que não estão lá grande coisa. Mais agora que vemos as chuvas a virem, e quando as chuvas vêm os buracos começam a abrir.

O que não consigo partilhar é esta coisa absolutamente extraordinária de que acham que tudo está a ser feito e tudo está maravilhoso. Eu não tenho essa visão do concelho. Não tenho. É a minha visão. Há de facto algumas ruas que estão a ser requalificadas, a Avenida Europa, isso é perfeitamente visível. Eu o que contesto é o esquecimento de alguns lugares e de algumas ruas. O Filipe há uns tempos atrás ficou muito emocionado quando algumas pessoas foram cumprimentar a Câmara por algumas acções que tinham desenvolvido. E nessa emoção eu gostaria de saber se não era de sentir com as pessoas que têm também essa expectativa de verem a sua rua alcatroada. E que nalguns casos há 10, 20, 30 anos que não é intervencionada.

Portanto aquilo que nós sentimos no PAN relativamente às ruas é que há um padrão. E nós falamos do concelho. Quando o PAN analisa a intervenção da Câmara não analisa só a questão da cidade. Analisa o concelho. O Senhor Presidente é presidente do concelho de Aveiro, não é só das ruas principais da cidade.

Portanto o nosso problema com esta magnitude deste saldo, tem a ver com a pouca confiança que temos de que ele se vá traduzir realmente naquilo que as expectativas das pessoas ambicionam. Nós temos muitas reservas em acompanhar a Câmara nesta fase porque temos de facto este cepticismo. É mais naquilo que projecta fazer do que naquilo que está a ser feito ou na forma do procedimento. Obrigado."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{82:30}

"Muito obrigado Senhor Presidente. Vou ser extremamente rápido. Para dizer que nestes últimos anos a situação financeira da Câmara têm-se alterado muito. Houve uma primeira alteração porque houve muita dificuldade em saber quanto é que era dívida, porque como todos sabemos havia alguma dívida entre aspas oculta. Quando o actual presidente chegou ao poder estavam mais ou menos 150 milhões, não sei se na altura haveria ainda alguma dívida inscrita, mas o que é certo é que de facto se nota uma melhoria acentuada, diga-se. Sejamos nós da posição ou da oposição não podemos nós de forma nenhuma esconder. Mais. Nas alturas que são difíceis e em que há dificuldades em todo lado, será conveniente ter algum dinheiro de lado, porque há fundos comunitários a utilizar e só os pode utilizar quem tiver dinheiro para cumprir com a sua quota parte. Porque se não as obras não são financiadas. Por isso eu sempre fui apologista de que um bocadinho de dinheiro a mais em Caixa nunca faz mal a ninguém. Mal faz haver dinheiro em Caixa a menos. Aí porque a dívida não está paga. A dívida não está paga, mas foi feito um projecto de pagamento a médio longo prazo bastante equilibrado. Certo que obrigou que algumas taxas (e eu sinto-as bem na pele) sejam elevadas, mas houve uma altura em que sentimos que Aveiro estava mal e que algumas casas não fiavam um quilo de pregos à Câmara de Aveiro. Essa é a verdade.

Há muitas pessoas aflitas por terem sobrado 51 milhões porque não foram utilizados alguns, outros que são realmente saldo, outros só são saldo operacional porque resultou da não execução de algumas obras. E o que é que vamos fazer? Vamos pô-lo para a Ria neste momento. Vai-se deitar fora.

Seria bom que chegássemos este ano ao rácio porque para além desta crise pandémica que nós temos iremos ter uma grande crise económica e social. E será importante que o nosso poder autárquico disponha, digamos, de um socozinho de dinheiro que possa utilizar nisso.

Mas o que eu acho mais estranho é que haja pessoas que acham que não deveria haver este superavit e acham que devia haver mais obra. Então como é que se faz? As obras ou se fazem com dinheiro ou se faz com dívida. Então as pessoas gostariam que se fizessem as ruas que estão esburacadas, olhem a minha rua aqui que está a ser intervencionada, não se fazem essas obras? Então e para fazer essas obras vamos pedir dinheiro, como no passado, para as fazer e depois para os outros pagarem?

É por isto que eu acho que a política tem de ser uma coisa clara, simples e séria. E de facto ter este dinheiro a mais não vejo em que é que prejudica Aveiro."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^{88:25}

"Obrigado pelas intervenções. Há aqui uma nota primeira das intervenções que é termos uma boa proposta de revisão orçamental. Portanto ela não é criticada por ninguém e eu agradeço isso.

Ela é de facto o absurdo da legislação que nós temos. Porque o que é que nós estamos aqui a fazer? Nós estamos aqui a praticar um ridículo acto administrativo. Mais nada.

Eu tomei nota do que disse o Filipe, o João Moniz, as discordâncias, enfim. Ainda por cima sou todos gente de boa memória e alguém ouviu alguma coisa de novo? Não.

Estamos aqui apenas porque a lei manda que haja um acto, que é politico obviamente, mas que é um mero acto administrativo da decisão de um órgão executivo para integrar o saldo. Isto como dizia o Jorge Greno, numa empresa, para nós nos rirmos. Porque é que numa empresa no dia 2 de janeiro não pode usar o saldo que lá tinha no dia 31 dezembro. Obviamente que posso e uso. Então porque é que numa Câmara Municipal, e isto que temos autonomia, nós somos uma entidade autónoma. Temos a liberdade de usar os saldos. Mas então por que é que não podemos usar o saldo no dia 2 de janeiro? Porque em Portugal a legislação continua a padecer de excessos de burocracia porque isto de facto não serve para nada.

Repito aquilo que disse no início. Em termos políticos não está aqui nada. Ainda por cima este ano ao contrario do que aconteceu em exercícios anteriores, nós acertamos na previsão do saldo. Em anos anteriores nós dizíamos que foi trinta e foi quarenta, nós dizíamos que era quarenta e cinco e foi cinquenta e seis. Além do mais há aqui uma não questão. Discutimo-la tranquilamente e profundamente em Outubro no executivo municipal e em novembro na Assembleia Municipal, e a previsão de saldo que está no nosso documento previsional foi atingida com exactidão. Portanto não há aqui questão nenhuma no que respeita a esta matéria.

Dar nota ao Filipe Guerra que está completamente enganado em termos da lei. Eu da minha parte estarei ao seu dispor. Mas falando com um autarca do Partido Comunista, que seguramente lhe dará mais crédito do que a mim, para eles lhes explicarem que o que estamos a fazer está perfeitamente legal. Eu estarei ao seu dispor mas no seu Partido tem gente muito competente para lhe explicar isto com crédito que eu para si não tenho porque sou militante do Partido Social Democrata.

Portanto dar conta de que estamos a fazer uma coisa legitima, legal. E o problema que está a acontecer nas câmaras municipais é de tal ordem que estamos com saldos crescentes, galopantes, que o governo e a assembleia da republica, mas por proposta do governo, que se colocou na lei do orçamento de estado de 2020e que voltou a colocar na lei do orçamento de estado de 2021, esta questão da integração do saldo.

Esta situação não é uma situação da Câmara de Aveiro. Esta situação é uma situação de todas as Câmaras Municipais do país. E portanto, aquilo que vínhamos fazendo em Abril, que em muitos casos caia para Maio porque muitas assembleias começam no final do mês de Abril e só acabam em Maio, e portanto tínhamos quatro ou cinco meses em que a verba

do saldo não podia ser usada em termos orçamentais. É um absurdo total e um contributo para que neste ano se aumentasse o montante do saldo. E portanto tudo isto tem a ver com a circunstancia da dificuldade de fazer despesa. E vou dar dois exemplos muito claros a todos. É a necessidade de éter dinheiro para lançar um concurso. Não é para adjudicar. É para lançar um concurso.

Vamos a dois exemplos. Nós, foi ontem, para Tribunal de Contas o contrato do novo investimento no Bairro de Santiago. Contrato de 3,4 milhões de euros de investimento. É o segundo concurso que lançamos. O primeiro lançamos, a empresa montou estaleiro, e quando estava para arrancar a obra foi à falência. Estavam mais sete na lista do concurso, nenhuma aceitou o contrato. E portanto tivemos de anular esse e lançar um outro. Como fizemos alguns ajustamentos ao projecto demorou algum tempo. Desde que lançámos o primeiro concurso e estamos a falar de mais de ano e meio, até começar a obra, tivemos de ter uma verba de 3,4 milhões cativa no orçamento, porque ela teve de estar lá para nós podermos gerir isto.

Outro exemplo e ultimo só para deixar as pessoas elucidadas. O nosso estimado ferry eléctrico. Estamos a falar de um investimento de quase 6,8 milhões de euros e desde o dia em que lançámos o concurso essa verba tem de existir porque se não, não podíamos ter lançado. Adjudicámos há muito tempo e uma empresa que foi excluída do concurso reclamou com efeitos suspensivos. A empresa que é de Peniche escolheu o Tribunal de Leiria para meter o processo. A verdade é que o Tribunal de Leiria depois de lá ter o processo cerca de três meses considerou-se incompetente ao abrigo da lei para apreciar aquele processo e mandou-o para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e lá continua o processo sem decisão. Mas o dinheiro, não é todo porque há uma parte que cai para o exercício de 2022, tem de estar guardado. É isto. E ou vou ficar por aqui porque vários colegas da oposição ainda não perceberam para que é que serve o saldo. Ainda não perceberam que uma Câmara como a de Aveiro, limitada de forma grave pelo PAM na sua capacidade de investimento consegue com este exercício de gestão financeira absolutamente legal, fazer este tipo de abordagens.

E portanto esta é a diferença capital que faz total diferença para nós em vez de termos a capacidade de ter em movimento, o ferry não está em execução física, a obra do bairro de Santiago não está em execução física, mas para ela ter sido adjudicada nós temos de ter essa verba cativa. Olhem se não entendem isto paciência, eu já me esforcei muito com tudo isto. Mas aqueles que entenderam ok, fica a discordância política sempre legítima, mas não vale a pena truncarem a realidade objectiva e da importância de gerir assim enquanto formos município FAM.

Obviamente que foi 56 agora é 52, mas a gestão da Câmara de Aveiro vai continuar a ser boa e este saldo a descer. Não tenham ilusões de que iremos passar no saldo de 2021 para zero ou para 5 milhões. Nós vamos chegar a um valor baixo de saldo. Eu sempre vos disse que defendo a gestão municipal com valores baixos de saldo. Enfim, valor baixo, numa Câmara como a nossa 10 ou 15 milhões tranquilo. Mas é muito possível, neste mundo em que é raro o concurso em que quando há uma empresa que deu o melhor preço e que não ganhou o concurso, pumba, Tribunal. A lei infelizmente continua a ter um efeito suspensivo. Que é de alguém que perde mete a impugnação nos primeiros vinte dias e parou tudo. E portanto esses espartilhos vão continuar a existir e portanto é bom sermos cautelosos na nossa capacidade de execução.

Quando é que vamos poder começar a construir o nosso ferry eclético? Não sei. Os juízes tinham 20 dias para decidir e já passaram para aí seis ou sete vezes os vinte dias. Ainda por cima porque houve ali uma questão do Tribunal em relação à competência dos Tribunais.

Portanto deixar esta nota global das questões, das questões não, porque o que foram colocadas foram visões e perspectivas políticas, respeitáveis, mas obviamente perfeitamente disfuncionais.

Ó Filipe o esteve a partilhar números que não têm sentido. Porque as verbas que referenciou eram do valor x e agora é de $x+y$. Não. Não é $x+y$, não. É a verba total era o não definido e o definido. E agora o que estamos a fazer é a mera transposição da coluna do não definido para o definido.

Uma outra questão que referenciou e que eu chamo à atenção é a questão do Pessoal. Há algumas rúbricas e a do Pessoal é aquela onde a movimentação financeira é maior, em que houve um primeiro movimento com alteração orçamental nos primeiros dias do ano para fazer a justaposição do acerto das contas e do cabimento dos contratos e dos compromissos assumidos e o que nós fizemos para facilitar a gestão, fomos buscar o dinheiro todo à rúbrica de pessoal e agora pela revisão estamos a recoloca-lo. É um mero exercício de gestão orçamental. Ninguém tirou nem ninguém pôs no sentido financeiro do termo. Não o dinheiro para o Pessoal a Câmara tem para cumprir todas as obrigações com os seus funcionários, mas é aqui os acertos do arranque do ano.

Uma outra coisa que gostava de dizer é que estejam atentos à próxima reunião de Câmara do dia 4 de fevereiro, em que vamos ter o lançamento de 5 concursos que valem o total de cerca 5 milhões de euros.

Esses 5 concursos estão prontos a lançar. Já os podiam ter lançado nas duas reuniões de janeiro, mas não podemos porque as verbas daqueles cinco concursos estão em não definidos. E portanto só a partir de amanhã com a aprovação hoje na assembleia é que amanhã podemos pôr os cabimentos para estarem na reunião de camara de quinta-feira.

Portanto é neste quadro em que nós estamos a trabalhar, com grande intensidade. E meus caros, sabemos que há eleições, felizmente viva a democracia, há eleições de quatro em quatro anos, mas toda a gente sabe disto. Portanto nós estamos numa dinâmica de trabalho que obviamente respeita as eleições, mas não há aqui nada que esteja a ser feito porque há eleições. Não. Aquilo que nós temos é uma execução do compromisso eleitoral, mas que o estamos a fazer desde o início deste mandato. Eu relembro sempre esse jogo de futebol da equipa de futebol da camara municipal de Aveiro com as velhas guardas do estrela azul, um mês e pouco depois de termos tomado posse neste mandato, que ganhamos dois zero e eu tive a felicidade de marcar um dos mais belos golos da minha carreira, num momento festivo dois meses depois das eleições. Portanto a dinâmica do nosso trabalho não tem a ver com isso. Agora, felizmente os mandatos são marcados por actos eleitorais que temos de respeitar, mas trabalhamos com elevada intensidade do primeiro ao ultimo dia do mandato que nos foi entregue pelos cidadãos.

Quanto à questão fiscal o "esbulho" como lhe chamava o João Moniz, é bom que hoje saibamos que a Câmara, por exemplo no IMI, que é o imposto mais importante da dimensão financeira, nós já não estamos há muito tempo no 0.5%. Mas ainda há municípios em Portugal que estão no 0.5%. Ainda há municípios em Portugal que estão no 0.45%. A nossa Câmara está em 0.4%.

O Partido Socialista propôs o ano passado que baixássemos de 0.4% para 0.38%! Isto é uma coisa ridícula porque é um valor que não serve para nada. Quando um dia pudermos baixar nós baixamos para 0.35% ou para 0.3%. Mas agora não o podíamos fazer. Com a cessação do contrato do PAM que acontecerá lá para meados do ano, só a partir daí em que a Câmara de Aveiro reganha a plena autonomia de gestão, então aí seja eu Presidente da Câmara seja quem for, vão poder em plena liberdade e em plena autonomia decidir se o IMI vai subir outra vez para 0.5% ou se vai descer para 0.3% ou se mantém em 0.4%. Até aqui nós não o podíamos fazer.

Portanto esta é uma nota muito importante. Nós apostamos nisto. Uma Câmara recuperada financeiramente. Uma Câmara com muito investimento, e numa Câmara "infelizmente" para estar na linha da frente no combate à pandemia. Fosse no ano que já passou seja no ano de 2021 que vai muito mais difícil como todos temos consciência. Olhem eu só espero não ter que voltar a dizer isto (eu ou quem esteja na minha função) porque de facto há aqui uma dimensão de problema que nos tem de ter acautelados na dimensão financeira. Para que não haja aquela coisa do costume "filho de pai rico, mal governado". Não há dinheiro eu gasto, não há dinheiro eu peço. E infelizmente nós vivemos muito tempo assim na Câmara de Aveiro.

Aquilo que nós decidimos e é nosso compromisso, nós vamos viver com o que temos. Felizmente houve gente que nos ajudou. Essa gente chama-se Fundo de Apoio Municipal. Tantas empresas que nos perdoaram juros quando negociamos as dívidas. Só em juros poupamos milhões de euros. E portanto só temos de agradecer a toda a gente que nos ajudou.

Mas assumimos aqui um compromisso. Vamos reganhar a capacidade de nos governar a nós próprios, sozinhos, gastando aquilo que somos capazes de gerar e prontos para responder às contrariedades que a vida traz. Porque como sabemos, meia volta e meia, a vida traz-nos contrariedades. Seja uma pandemia, seja uma recessão financeira internacional como a que tivemos. Mas há por aí uma malta que na vida isto é sempre a subir! Não é verdade. Na vida não é sempre a subir e temos de ser cautelosos para gerirmos bem a nossa vida, a nossa responsabilidade de autarcas que somos hoje, mas também a vida de quem se vai suceder a nós como geração.

Uma questão adicional que queria referenciar é verem outras Câmaras. Eu sempre suscito isto nomeadamente aos colegas do Partido Socialista, que vejam o exemplo de outras Câmara Socialistas. E temos uma Câmara parceira que é Portimão que tem o seu rácio de 1.5 referenciado para 2025, e a minha colega presidente não abre mão disso. Pronto é a sua decisão. Apenas ela entende que pode gerir bem assim. Eu entendo que nós gerimos muito melhor se reganharos a plena autonomia. E temos capacidade para o fazer porque Aveiro é um município capaz, tem cidadãos capazes, tem a sua relação de produção de riqueza que é boa, muito acima da média nacional e, portanto, temos é que gerir bem a nossa Câmara. Não deixar que ela se despiste outra vez. É isto que temos de fazer.

Agora ganhando a competência plana da autonomia Portimão decidiu não o fazer. Eu conheço os motivos da minha colega Isilda Gomes, os camaradas socialista podem falar com ela, porque ela é uma pessoa super aberta a esse nível, mas para vermos que as decisões são todas sensatas.

Agora dizem aí podíamos ter saído em 19 ou em 20. Olhem melhor era não termos entrado. Tinha sido excelente que o passado não tivesse sido o que fosse e não nos tivéssemos enterrado. É como a estória das obras. Estamos a fazer muitas obras e o prazo inicial não é cumprido. Mas olhem é melhor não cumprir os prazos, mas termos as obras acabadas bem feitas com mais um mês ou dois do que nunca a tivéssemos começado.

Este é o lado bom da vida. É este lado bom da gestão. É isto que é positivo para a vida das pessoas que vale a pena referenciar e a utilidade desta revisão. A utilidade deste saldo num cenário PAM. Há Câmaras em Portugal com os saldos muito superiores ao nosso. Mas essa comparação é perigosa. É ver os vinte e seis municípios FAM para ver que isto é um processo e que temos de tomar decisões de como é que vamos gerir isto. Nós felizmente conseguimos gerir de forma a ter ao mesmo tempo uma recuperação financeira consolidada neste patamar, que é preciso continuar, porque o nosso empréstimo é preciso continuar a pagá-lo ao dia. Mas obviamente ganhamos capacidade para ter um volume de investimento grande e como dizia o Raul Martins, nós por termos esta gestão vamos poder investir muito mais. Eu espero muito em breve estar a dar uma notícia surpreendentemente para todos,

até para mim foi há dias, de que um grande investimento que estamos a fazer sem fundos comunitários, vai agora ter fundos comunitários. O que vai permitir que nós em vez de x do montante possamos fazer esses mesmo x e ter disponibilizados 85% desse x para outros investimentos. Mas podemos fazer isto porque temos esta estrutura de gestão financeira. Se não, não o podíamos fazer. E para quem são as obras? Sejam ruas, sejam escolas, seja o que for, para nós todos.

Uma palavra final de agradecimento ao Partido Social Democrata e ao CDS por todo o apoio dado na Assembleia Municipal neste caminhar destes sete anos e pouco. Obviamente uma palavra especial para o nosso Presidente da Assembleia Municipal por toda a cooperação institucional ao mais alto nível, também como equipa que somos no quadro da Aliança com Aveiro. Agradecer toda a confiança, todo o apoio, todo o estímulo, todo o trabalho de crítica construtiva que fazemos nas nossas reuniões preparatórias, mas não há homens sozinhos e portanto cada um desses contributos teve uma importância capital para chegarmos aqui e para hoje termos um momento de festa como lhe chamou o Filipe.

Eu não partilho agora porque vai haver eleições, farei lá mais à frente, a alegria de um conjunto de funcionários de gestão financeira que quando chegámos a este resultado fizeram questão de o escrever, gente que está aqui há mais de 20 anos e que passou pelos mandatos anteriores e vocês sabem o que se passou em vinte anos, a alegria que tiveram quando me fazem a nota - presidente com os dados que temos, conseguimos. O texto que eles me fizeram questão de escrever é de facto muito bom e muito importante. É a tal festa que, comemos nós uma côdea de uma broa qualquer com quatro ou cinco dias ou comamos a lagosta ou o caviar que o Filipe referenciava.

É uma festa no sentido que tínhamos um grande buraco, tínhamos uma Câmara em pré-falência e com o nosso trabalho e com a ajuda e o envolvimento de tanta gente, e os nossos cidadãos têm sempre aí o primeiro patamar de responsabilidade nesse mérito, nós conseguimos. Esta é a notícia da revisão orçamental. Porque de resto não há notícia nenhuma para dar, estamos apenas com o saldo que previmos em meados de outubro e estamos apenas a colocá-lo administrativamente ao nosso dispor para seguirmos com execução e como já anunciei fazer os próximos cinco concursos que têm um pacote de estradas para Oliveirinha, tem um pacote de estradas para Eixo/Eirol, e tem um pacote de estradas para a União de freguesias de Requeixo/Fátima/Nariz.

Vamos ter também dois grandes investimentos na área dos desporto. Portanto vamos prosseguir. Está tudo feito? Não Rui, não está. Subscrevo completamente a sua intervenção. E nunca me ouviu dizer que está tudo feito. Isso nunca me ouvirá dizer. Ouviu e vai continuar a ouvir que estamos a fazer muito, o que é que já fizemos, e o que é que há para fazer. Há muito para fazer. Mas a verdade é que temos a noção do que é que está por fazer, mas também é verdade que por mais que alguns tentem pôr a mão à frente dos olhos ou dos olhos dos cidadãos, está muito feito, está muito em curso fisicamente visível, e também está muito em curso que ainda não é fisicamente visível.

Portanto deixava esta nota reiterando o agradecimento pelo bom debate e obviamente a minha satisfação por ver reconhecido o mérito da proposta da revisão que trazemos à nossa Assembleia Municipal."

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)

Vogal Francisco Picado (PS)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^{128:20}

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação^{130:30} Ponto 1 – Apreciação e votação a 1ª Revisão das GOP e Orçamento de 2021, sendo a proposta de revisão aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS1), uma abstenção (PS1), e doze votos contra (PS8+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):

"O vogal solicitou à Mesa que a sua primeira intervenção era a sua declaração de voto."

Vogal Joao Moniz (BE):

"O vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção era a sua declaração de voto."

Vogal Francisco Picado (PS):

"O vogal solicitou à Mesa que a sua primeira intervenção era a sua declaração de voto."

Ponto 2 – Apreciação e votação da Concepção, Construção e Concessão do Complexo com Crematório e Casas Mortuárias de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 21/01/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^{140:16}

"De forma muito breve. Aconteceu com o nosso primeiro concurso e tivemos aqui um debate muito claro na Assembleia Municipal, não teve empresas candidatas.

Houve duas empresas que vieram ao concurso, estudaram, e decidiram não apresentar propostas, mas escrever um ofício a justificar porque é que não vinham ao concurso.

E eu fiz questão, porque entendi que era muito útil reunir com cada uma das duas empresas para as ouvir em discurso directo e perceber bem quais eram as suas questões, quais eram as suas perspectivas e obviamente tirar notas de aprendizagem para poder lançar um segundo concurso porque mantemos a convicção que esta é uma boa opção. E eu obviamente vou deixar a apresentação que fiz da outra vez. Toda a gente tem boa memória, portanto não me vou estar aqui a repetir.

Apenas dar nota que desse trabalho e do que está escrito pelas empresas e do testemunho que tive de cada uma delas nas reuniões que tive em separado como é logico, ficou claro que havia uma questão comum que era a questão da insustentabilidade financeira do investimento e basicamente por um motivo que não estava cuidadosamente claro no nosso concurso, no nosso caderno de encargos, que era o tarifário.

Nós assumimos como tarifário base mas havia um equívoco da nossa parte. É que havia um pressuposto de que ele sendo base os concorrentes poderiam pôr mais alto ou mais baixo e obviamente isso ponderaria na adjudicação, porque 30% do critério era e vai continuar a ser o tarifário. Mas a verdade é que havia um equívoco porque a relação jurídica desse valor base é a relação de valor máximo. É um regime idêntico às empreitadas.

E portanto nessa tabela de preços o valor que lá pomos tem de ser o valor máximo e os concorrentes naquele critério têm de dar valores desse máximo para baixo. E portanto está desfeito este equívoco. Aumentámos substancialmente esses valores precisamente para dar agora espaço aos concorrentes para vir para baixo porque obviamente se não fizerem isso a proposta é inválida.

Explicar-vos que aqueles preços que nós tínhamos colocado no concurso anterior foi uma conta que foi feita de uma forma muito básica, na tal lógica de que aquele preço era preço base e os candidatos poderiam pôr para cima ou para baixo.

Pegámos em quatro ou cinco tabelas de crematórios mais próximos de nós e fizemos uma média aritmética, foi assim que nasceram esses valores. E portanto claramente as empresas me justificaram que não havia condições de apresentar propostas com base naquele tipo de preços que obviamente no período de concessão tem de cumprir, sabendo que no fim da concessão o bem é da Câmara, não havia condições para rentabilizar o investimento.

Depois uma das empresas colocava outras questões de natureza legal e de localização e essas sim ficaram claramente explicadas e percebidas na reunião que tive com o sócio gerente da empresa, sabendo que da parte dele havia outros pressupostos, nomeadamente porque achava que a Câmara não deveria ser normativa, quando dizia um crematório e duas salas de velação. Devia dizer que o mínimo era um forno crematório e duas salas de cremação e os concorrentes se quisessem ponham dois fornos ou quatro salas. Portanto achavam que era excessivamente normativo. É uma visão respeitável como é lógico, mas que não tem a nossa concordância.

É neste quadro que obviamente já foi à Câmara e que agora vem à Assembleia Municipal, de relançar um concurso que é em tudo igual ao primeiro com exceção da alteração da tabela e clarificação de que se trata de preços máximos e obviamente os concorrentes têm de vis desse preço máximo para baixo e quanto mais baixarem melhor pontuado vai ser o critério da tabela de preços que como disse vale 30%.

Portanto é isto que está aqui em causa em termos da diferença em relação ao primeiro concurso. Em todo o resto dou como bom aquilo que disse e também da percepção das diferenças de opinião em relação a esta matéria. É esta apenas a nota que quero deixar na introdução a este ponto. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{146:18}

"Obrigado Senhor Presidente. Apenas para remeter a nossa posição do PAN em relação a este assunto e remeter para a nossa intervenção na última assembleia onde isto foi efectivamente discutido.

Continuamos a achar que este passo é importante para a cidade e para região. Porque é de facto um serviço que vai servir toda a região. De tal forma que achamos mesmo que os privados no futuro não quiserem abraçar este projecto, nós achamos que é imperativo que a Câmara o faça. Não temos nenhum problema que o investimento seja publico ou privado. A tendência é que neste tipo de equipamentos têm sido gerido mais por privados do que público, mas ainda assim se continuar a haver uma desertificação nos concursos achamos que a Câmara tem mesmo ela que avançar para este tipo de equipamento tão importante para a região. A nossa posição é de aceitação deste novo concurso. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{147:44}

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara e demais presentes.

Só um parenteses muito breve para dizer o seguinte: Eu creio que este formato de Assembleia não deve ser o preferencial. E deveremos assim que possível voltar à forma presencial. A Câmara de Aveiro tem instalações que permitem isso claramente para que o debate flua com melhor claridade, nitidez, e sem perdas de tempo.

Em relação ao ponto em apreço serei breve, mas tecer algumas considerações. A primeira dizer que este equipamento faz todo o sentido. Além do mais é absolutamente necessário, coloco até a questão neste termos. Parece-nos muito bem e apoiamos a ideia.

Contudo temos aqui duas preocupações que já as colocámos na primeira vez que este tema foi trazido a debate na Assembleia.

Tendo a Câmara condições financeiras, como ainda agora acabamos de observar no ponto anterior, por que é que não foi ela própria capaz de dar este passo e transformar e tornar este equipamento de natureza pública. Parece-nos que teria sido possível e teria uma vantagem que percebemos pelo desenrolar das negociações, é que a Câmara não ficaria refém, passo a expressão, dos interesses que são também nesta área tidos, com naturalidade, pelas empresas. Mas seria preferível para todos que a Câmara de Aveiro tivesse mantido uma natureza pública deste equipamento. Até porque observando os preços que tornam este negócio rentável ou não,, são preços que poderão não ser acessíveis para todos e na nossa opinião cria aqui um desequilíbrio que poderia ser evitado se o investimento fosse público e gerido pela Câmara de Aveiro. ~

Queríamos deixar essa preocupação e lamentar esse aspecto. De resto não temos nada mais a dizer. Achamos que é um investimento necessário e da nossa parte não terá nenhuma objeção de fundo."

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{150:32}

"Muito boa noite a todos. Não nos parece estar aqui a concordância ou a necessidade da construção em si do crematório, com o qual concordamos devo dizê-lo desde já.

Entendemos que respeitar a morte das pessoas é dar uma basta gama de opções que respeitem os seus desejos e neste caso, como é ponto assente, há falta de crematórios na região e que implica a tal procura pelo crematório de São João da Madeira, o crematório da Figueira da Foz, mas que é uma procura apenas para quem pode procurar e tem esses recursos. Entendemos que numa questão tão sensível como a morte isso não deve ser o que rege e concordamos absolutamente com o crematório.

Entendemos isso sim, que os moldes isso sim, são discutíveis. É sabido que o BE privilegia que os bens e serviços, sobretudo os mais importantes para os cidadãos sejam de gestão pública. Já que esse é o único garante de acesso de todos os cidadãos que pretendem aceder, neste caso crematórios, mas nós temos essa regra transversal e geral.

Um garante que se faz até pelo controle dos preços. E nesse sentido nós temos uma pergunta que o Senhor Presidente respondeu que era um motivo da existência dos tectos máximos e portanto essa pergunta já está sanada.

Entendemos é que em vez de lançamento a privados, e isto tem a ver com esta posição de principio que temos, que a gestão pública seria a melhor opção. É um lema, mas acreditamos que a morte não deve ser motivo de negócio.

E sobre a viabilidade financeira há um comunicado da Câmara que aponta esta como opção de procura crescente ou seja os crematórios como opção de procura crescente e isso retira a questão da viabilidade financeira que muitas vezes parece ser utilizado como

tentativa de argumento geral da direita politica e isto é transversal à direita, não é só aqui em Aveiro, quando se contesta uma gestão publica de bens e serviços fundamentais numa sociedade e a Câmara reconhece esta opção dos crematórios como procura crescente, e portanto parece-nos que faria mais sentido na hipótese de ter uma gestão publica deste tipo de serviços. Há mais privados com crematórios do que crematórios em gestão pública, mas não é nada de imaginado. Há autarquias que gerem crematórios por este país fora. Não é nada descontextualizado, não é nada sem concretização real.

Como disse no inicio concordamos universalmente, mas este segundo concurso público sobre isto, começa a ser um traço comum deste executivo. Que é o facto de existirem segundo concursos públicos sobre que matéria for.

Isto leva-nos um pouco a reflectir e parece-nos ser uma reflexão a termos todos, se os privados quando olham para os concursos público lançados por este executivo camarário liderado pelo Senhor Presidente Ribau Esteves, se as empresas já não partem com a expectativa de um segundo concurso publico com condições mais vantajosas, mais reforçadas, mais lucrativas para as empresas e que por sua vez podem ser prejudiciais para a Câmara e para os cidadãos aveirenses.

Parece-nos que há aqui um padrão de repetições de concursos públicos e gostaríamos de ouvir o Senhor Presidente sobre o motivo de existirem segundo concursos públicos e se isto não está a levar que as empresas se estejam a aproveitar nesse sentido.

Por ultimo tocar um pouco na questão da localização. Sei que esta questão foi discutida na Assembleia na sessão anterior quando se discutiu o concurso original, sendo esta localização do pretendido crematório perto de habitações e daí ser um pouco questionável, nós questionamos Senhor Presidente da necessidade de se prever na concessão possíveis ampliações do crematório. Ou seja, se já é questionável a logica da localização e da proximidade que tem com as habitações, com futuras ampliações podemos estar a falar de algum tipo de incompatibilidade geral para o projecto. Porque para já essas possíveis ampliações, para já hipotéticas ampliações futuras poderão de alguma forma impedir o bem-estar, a saúde, a vida saudável dos habitantes mais próximos e portanto gostaríamos de ouvir o Senhor Presidente a esclarecer um pouco desta necessidade da ampliações futuras deste pretendido crematório tendo em questão esta situação do bem estar e da saúde dos habitantes mais próximos do local. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{157:46}

"Telegraficamente dizer da posição que tivemos quando do primeiro concurso. Este equipamento é necessário e portanto votamos a favor do modelo e entendemos que a iniciativa privada deve gerir aquilo que a Câmara não tem de gerir. E também relembramos que os famosos lucros que tanta alergia fazem a alguns partidos, saiem dos impostos para sustentar o investimento publico. E portanto isto vai rodando, mas há quem não perceba, mas pronto. Disse."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{158:46}

"Boa noite. Nesta primeira intervenção que faço, já agora gostava também de me pronunciar sobre esta nossa contingência. E não obstante ser a primeira sessão e que tem sempre algum momento de adaptação que é necessário, parece-me curto para um município que espalha aos sete ventos que Aveiro é Steam City e é 5G etc., etc., temos tanta dificuldade em depois replicar para os cidadãos a primeira assembleia municipal que fazemos on-line.

Eu acho inacreditável que não se tenha conseguido escolher um Eng. informático qualquer dos muitos que a Câmara tem para que isto pudesse ser feito de outra forma. Devo dizer que conheço dois munícipes que enviaram o email para terem acesso sensivelmente à hora de almoço e às dez da noite ainda não tinham nenhum link para assistir à assembleia. É evidente que são tudo coisas a corrigir mas parece-me curto para uma cidade tecnológica como a nossa, com os recursos que tem, e portanto com a dinâmica que é dita na propaganda da própria autarquia e portanto é curto.

Depois sobre o ponto em concreto gostaria de dizer o seguinte. A questão da morte é sempre uma questão delicada e muito complicada. Portanto cabe-nos a nós autarquia definirmos uma grande preocupação em relação ao preço, porque efectivamente o preço tem e depois ninguém vai discutir, os munícipes não vão discutir o preço. A questão do preço é uma questão sensível e portanto eu percebo que se tenha limitado o preço máximo e que a coisa possa descer daí, mas acho que o concurso devia ter tido uma preocupação e os preços parecem-nos exagerados. É evidente que a justificação já foi apresentada, mas devemos ter algum cuidado porque na altura ninguém vai discutir porque não está em condições manifestas de discutir e portanto cabe-nos a nós decidir, neste serviços que é publico mas vai ser prestado por privados aos cidadãos seja nas melhores condições, porque eles não vão ter capacidade de discutir.

Depois um segundo ponto para dizer que essa coisa da repetição dos concursos, não deixa de facto de ser uma questão sui generis.

Ouvimos aqui o Senhor Presidente da Câmara dizer isto e procurei passar bem o que disse "o primeiro concurso tinha uma conta feita de uma forma muito básica". Foi isto que o Senhor Presidente da Câmara disse para justificar algumas questões que os concorrentes disseram nas propostas. Os concorrentes vieram com uma comunicação expressa à Câmara a dizer nós não concorremos, mas não concorremos por esta ou aquela razão.

Mas depois o Senhor Presidente elencou e até falou ai cerca de cinco minutos sobre isto. Mas não referiu uma das coisas que é dita por um dos concorrentes. Nomeadamente há um dos concorrentes que vem com uma questão técnica sobre a proximidade da linha em relação à questão do crematório.

Isto são basicamente duas instalações. E isto é para entroncar no que pensa o Partido Socialista em relação a isso. Se não há dúvidas depois na utilização das capelas mortuárias que possam estar ali junto do cemitério sul e que fazem todo o sentido, já não temos a mesma certeza, nem a mesma convicção, e discordamos amplamente que o crematório seja colocado naquele lugar e que o crematório deveria ser colocado efectivamente noutra sítio. E portanto uma pergunta muito concreta ao Senhor Presidente da Câmara é porquê, após o eco técnico de um dos concorrentes em relação às dificuldades técnicas levantadas sobre a localização do crematório, o porquê de se manter o crematório nesta mesma localização?

Qual é a justificação técnica já que o Senhor Presidente da Câmara se esqueceu de mencionar isso nas descrição que fez da pronuncia dos concorrentes, agradecia nos esclarecesse agora para podermos decidir o nosso voto em consciência. Para já era tudo."

Presidente da Mesa

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{164:40}

"Senhor Presidente, vou ser rápido. A bancada do PSD apoiará esta proposta porque entende que a obra é necessária a Aveiro e assim como entendemos da primeira vez que a proposta cá veio, votaremos favoravelmente o concurso e siga a obra."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^{165:14}

"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado a todos. Uma nota para o que disse o Filipe Guerra. Compreendendo, porque há aqui uma questão de base que não é só ideológica. Ouçam, a Câmara poderia fazer esta obra? Claro que sim. Temos condição técnica e financeira para a fazer. Ainda não está feita a escritura da compra porque ainda há um problema por resolver lá com as formalidades das áreas dos artigos, deixem-me dizer assim. Mas pronto tivemos a capacidade de investir quase 600 mil euros na compra.

600 mil euros é muito dinheiro em qualquer parte do mundo. Portanto há aqui uma questão que é de filosofia e de maximizar os recursos. Nós entendemos que esta questão de tipologia e de prestação de serviço é importante que esteja agarrada na execução do projecto (nós só temos um estudo base) e depois na sua gestão, à mesma entidade. E a mim não cabe pela cabeça e à nossa maioria, que acabamos com a gestão municipal nos cemitérios, nós quando chegámos à câmara em 2013 ainda tínhamos um cemitério gerido directamente pela Câmara que era o de Esgueira, e acabámos com isso. Porque entendemos que as entidades mais indicadas para gerirem os cemitérios são as juntas de freguesia.

Consolidámos também o processo de entrega à freguesia da Glória e Vera Cruz, porque não estava na devida ordem. Mas entregámo-los. E assim como entendemos isto para cemitérios entendemos que operações de investimento em projecto, execução de obra e gestão dos serviços, nesta tipologia, deve ser investimento privado.

Aliás hoje enfim, não vou dizer que não há, mas das Câmaras com que lido não há Câmaras a gerirem directamente casas mortuárias. Alguns casos haverá mas são exceções, não é normal. E mesmo os cemitérios maioritariamente são juntas de freguesia. Embora ainda existam camaras municipais a fazê-lo.

Portanto deixar esta nota, podíamos seguir esse caminho, mas obviamente o investimento que iríamos fazer à volta de milhão e meio de euros era milhão e meio que tínhamos para fazer outras coisas. E assim vamos ter uma entidade privada que além de ter essa capacidade financeira para fazer esse investimento, que será nosso em condição plena ao final da concessão, temos também obviamente escolhida a entidade que vai gerir num quadro de qualidade.

O Eduardo Antunes faz aqui uma intervenção questionando os segundos concursos. Ó Eduardo se quiser eu estou perfeitamente ao seu dispor para lhe facultar os contactos das empresa que sinalizaram para vir a concursos e que depois não vieram. Sinta-se à vontade e seguramente as pessoas terão muito gosto em falar consigo.

A Câmara de Aveiro é hoje uma Câmara credível e capaz. Agora quando lançamos uma empreitada e a empreitada fica deserta e vamos ver o por que é que o mercado não respondeu e uma das questões é que o preço estava baixo e lançamos um segundo concurso pondo mais dinheiro, isto é feito num quadro de seriedade. Não é aqui com nenhum esquema ou que o mercado percebeu que em Aveiro não vale a pena ir aos primeiros concursos porque os segundos são mais altos. Isso não funciona assim. Eu sei que para uma pessoa do Bloco de Esquerda perceber o que é economia de mercado, concorrências, enfim vocês têm dificuldade em perceberem estas coisas. Mas isto é uma coisa normal. Nós tivemos uma obra que foi só ao terceiro concurso. E só tivemos dois concorrentes. Foi a requalificação de apartamentos no Bairro de Santiago. E por que é que ficou deserto? Porque de facto a tipologia de obra tinha carpintaria, tinha canalização, tinha tectos, tinha fachadas, tinha portas. Nós não tínhamos empreiteiros disponíveis para fazer aquilo.

Dou-lhe esta nota. Aumentámos em cerca de 400 mil euros a base do segundo para o terceiro, porque concluímos que a obra de carpintaria que era mudar portas ou mudar portas de mobiliário de cozinha, já não há carpinteiros para fazerem isso. E se quiséssemos tratar dos móveis de cozinha tínhamos de mudar os móveis todos porque já não há

carpinteiros a trabalhar para empreiteiros. E portanto o que pusemos foi renovação total daquelas cozinhas onde íamos lá fazer apenas algumas reparações. Só para lhe dar um exemplo.

E somos felizes porque ainda temos gente que se candidata aos nossos concursos. Mas a esmagadora maioria dos nossos concursos têm adjudicação à primeira. Temos alguns muito poucos à segunda. E tivemos um à terceira.

Olhe e ajude-nos, porque temos agora um concurso aberto para pequenas obras, o novo parque canino ali no canal de São Roque, o parque de bicicletas junto à Mário Sacramento, e olhe estamos aflitos porque não há empreiteiros que queiram fazer obras de 25 ou 30 mil euros. Estamos agora a lançar segunda vez e das várias matérias uma foi aumentar o preço. Se feita a aferição e uma das notas é que o preço é baixo temos de aumentar. E nós não concertamos preços com empreiteiros. Os preços são preços de projecto e obviamente os projectistas estão atentos aos preços de mercado. Mas depois quem manda é o mercado. O mercado é que sabe quem quer vir ou não fazer a obra. Mas a esmagadora maioria dos nossos concursos têm adjudicação à primeira.

Uma outra questão que colocaram que é a questão da ampliação. A nota da ampliação é uma nota de principio. Portanto é para não ficar vedado esse principio da ampliação. E esse principio não é só para a entidade que ganhar o concurso. É para a própria Câmara. Se a Câmara quiser ao sétimo ano da concessão construir uma terceira sala cremação, não pode ter no contrato o impedimento. Portanto é uma lógica de defesa dos dois interesses. Ponto um.

Ponto dois é a tipologia de forno crematório. Nós temos fornos que custam cem mil euros, mas que tem uma capacidade de horas de trabalho baixa. Há outro tipo no mercado que custa trezentos mil e que tem capacidade de cremação substancialmente mais alta. Se os concorrentes vierem para o mercado de Aveiro e apostarem num forno de menor capacidade, eles deverão ter a capacidade contratual de ao quinto ou ao sexto anos, se entenderem, ampliarem a capacidade de cremação. Portanto essa é uma segunda vertente pela que a clausula que referenciou está assim.

Também dizer que aqui não há questão com a saúde dos cidadãos Pires da Rosa. Aquilo que a empresa colocou tem duas dimensões. A empresa que colocou essa questão tinha um equívoco. É que ela entendia que a distancia de não construção à linha do comboio era muito maior do que aquilo que é na lei. E portanto quando fez aquela conta apercebe-se que a área de terreno para construir era minúscula. E portanto havia um equívoco da parte deles porque a faixa de não construção é de 10 metros apenas da linha. E portanto a mancha de construção que a câmara tinha colocado estava correcta e eles achavam que estava incorrecta porque entendia que a salvaguarda de construção era muito maior que os tais 10 metros. Está na lei com toda a clareza, não temos sobre isso qualquer dúvida.

Outra questão é a relação técnica e jurídica daquilo que é a proximidade do forno às habitações e a orientação dos ventos dominantes e a altura da chaminé.

Tecnicamente há condicionantes de quanto mais próximo é de habitações mais alta tem de ser a chaminé. E quanto pior estiver aos ventos dominantes mais lata tem de ser em relação à quota das habitações. E obviamente o contrário também se aplica. Portanto são estas duas questões. A distancia à linha e a altura da chaminé, mas o forno tem todos os mecanismo para depurar a emissão gasosa. Portanto eram estas as duas questões que estavam referenciadas.

Queria ainda explicar ao Pires da Rosa, a tal coisa que eu chamei de conta básica. Básica neste sentido. Nós pegámos em cinco tarifários e como não quisemos seguir nenhuma tabela, porque entendemos que era para nós difícil fazer isso, como havia o pressuposto de que os valores das candidaturas poderia ser mais ou menos, somamos e dividimos por cinco.

Conta base no sentido da média aritmética simples. E assumo isso com clareza. Mas agora surgida a questão entendemos ir para um valor mais alto.

É evidente que um funeral feito da forma tradicional é caro. É caro o barato depende da capacidade financeira de cada um. E cremar tem também um custo. É evidente que depois o depósito das cinzas da cremação é substancialmente mais barato que o depósito de um corpo num cemitério em caixão normal. E obviamente muito mais se for numa capela. Portanto não façam uma leitura linear de que cremar é mais caro nos custos totais da operação funerária, chamemos-lhe assim. Essa conta não está bem feita. Além do mais este é um serviço público claro. Mas não é um serviço público como o dos transportes em que os nossos cidadãos só têm uma oferta. Ou andam naquele autocarro ou não passa mais nenhum. Nesta tipologia de serviço isso não é assim. As pessoas têm a liberdade de escolher o destino que dão ao seu ente querido e portanto nada é obrigatório. Nem sequer há aqui qualquer regra de exclusividade. É proibido fazer mais algum forno crematório no município de Aveiro isso não fica aqui. Portanto é um tipo de serviço que julgo todos entendemos que é bom serviço, mas não é aquele em que as pessoas usam aquele e não usam mais nenhum. Não é assim, como todos temos boa consciência.

Obviamente agradecer ao Manuel Prior e ao Jorge Greno o apoio à proposta. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:^{179:38}

"Senhor Presidente queria dizer só mais qualquer coisinha. Não quero alongar a discussão. Mas só para dizer o seguinte. Mesmo pelas explicações do Senhor Presidente, resultou claro que independente do distanciamento da linha resulta que é possível ali fazer a construção. Mas houve uma questão levantada em relação à chaminé. Portanto há uma contenção de especificidades técnicas que tem de ser aplicadas por causa da proximidade. Aquilo é um bairro efectivamente sensível. E portanto isso sustenta como já sustentou o voto de abstenção do Partido Socialista na última votação, porque percebemos a necessidade do equipamento. Penso que estamos todos de acordo em relação a isso, mas de facto aquela localização não é a mais adequada. E do meu ponto de vista aquilo resulta claramente de um compromisso feito na altura com o senhor Presidente de Junta de Freguesia, mas parece-me completamente despropositado porque me parece que não deve ser ali porque há muitos mais sítios no concelho de Aveiro. As casas de velação evidentemente de veriam ser colocadas ali porque têm uma proximidade maior, mas em relação ao forno crematório não há qualquer necessidade de ser ali, Como aliás acontece na Figueira da Foz também. Este forno crematório não vai servir apenas para o concelho de Aveiro como é evidente, vai servir também para a região e nem mesmo desse ponto de vista faz algum sentido ali a localização. Portanto era apenas estas notas que queria deixar. Não estou a rebater nenhum argumento do Senhor Presidente da Câmara, ele até já ouviu estes e portanto tem só a ver com isto a posição do PS. Muito obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2 – Apreciação e votação da Concepção, Construção e Concessão do Complexo com Crematório e Casas Mortuárias de Aveiro, sendo aprovada por maioria,

com vinte e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+IND1+PS2+PAN1), onze abstenções (PS8+BE2+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Continuando o Presidente da Mesa informou os deputados presentes que não haviam municípios inscritos para o período regimental de intervenção do público.

Não se verificando mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Janeiro, cumprimentando todos que estavam online e desejando muita saúde neste tempo de pandemia.

Eram 24:00 horas do dia 27 de Janeiro de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)